

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO ENSINO SUPERIOR: O DIFERENCIAL NA QUALIDADE ACADÊMICA

Loriza Lacerda de Almeida – loriza@faac.unesp.br; **Maria Amélia Máximo de Araújo** – maximo@fosjc.unesp.br; **Márcia Regina Guerreiro** – guerreiro@reitoria.unesp.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” – UNESP (BRASIL)

RESUMO

No Brasil, a Carta Magna de 1988 determinou que ensino – pesquisa – extensão universitária formam um tripé indissociável, visando o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas. Entretanto, ensino e pesquisa se constituem em atividades incorporadas ao cotidiano universitário desde longa data, possuindo identidade e metodologia bem definidas e, ademais, conta com vasta bibliografia nacional e internacional, que trata de suas práticas e oferece ampla reflexão sobre sua implementação, favorecendo a avaliação e a valorização destas duas dimensões.

No que se refere à extensão universitária o mesmo não ocorre, em função do caráter particular das ações desenvolvidas e da escassa bibliografia, somada à ainda incipiente metodologia. Ela historicamente possui um caráter assistencialista, voltado ao atendimento de demandas sociais, sem, entretanto promover transformações na qualidade de vida das comunidades. A concepção contemporânea de extensão supera este modelo e possui duas novas características: construir com as comunidades as estratégias e mudança, promovendo a troca de saberes e ter como objetivo a mudança da situação, visando uma nova qualidade de vida para a comunidade.

Mas o fazer extensionista ainda não tem a consideração e relevância que merece, nos processos de avaliação do ensino superior em geral e do desempenho docente, em particular. Posto que a extensão universitária se apresenta como possibilidade de exercício prático das teorias apresentadas em sala de aula e que sua articulação com a pesquisa favorece a melhora de suas estratégias de desenvolvimento, sabemos que tanto os alunos quanto a comunidade envolvida se beneficiam de um trabalho qualitativamente superior, quando comparado ao mero assistencialismo do passado. A

extensão universitária tem exigências de caráter teórico-metodológico que a coloca no mesmo patamar de importância para a formação dos estudantes que as demais dimensões já citadas e tem programas, projetos e experiências significativas que podem ser tomadas como variáveis em uma avaliação global.

Palavras chave: Extensão universitária – ensino superior – avaliação

BREVE CONTEXTO DO SURGIMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:

Em uma certa perspectiva, podemos ver na Idade Média o período da História em que a universidade surge como decorrência da *extensão* da irradiação da cultura dos mosteiros para a sociedade, por meio de ações que possuíam cunho religioso e que, por isso são entendidas como missão ou como ação filantrópica, não está posto aqui a vontade de alterar os caminhos ou transformar ações, mas tão somente atender pontualmente a algumas necessidades de estratos sociais bem definidos.

No período das luzes (século XVIII), tendo como contexto as revoluções burguesas e a consequente ascensão social da burguesia ao poder político na Europa, a extensão, restrita ainda a pequenos grupos, teria neste período o caráter de ação revolucionária, carregando o ideário de liberdade.

Os primeiros registros de uma interação mais aproximada entre a universidade e a sociedade remontam ao exemplo da extensão universitária no Reino Unido, onde se identifica uma situação em que se desejava criar oportunidades de acesso à educação para mulheres que queriam ser governantas ou professoras. Assim, nasceu o movimento que se tornou inicialmente conhecido na Grã-Bretanha como “extensão universitária” e posteriormente como “estudos extramurais”.

Há registros de que, quem iniciou esta atividade, em 1867 foi James Stuart, professor do Colégio Trinity, da Universidade de Cambridge, convidado pelo Conselho para a Promoção de Educação Superior para Mulheres do Norte da Inglaterra, a proferir palestras nas cidades de Leeds, Liverpool, Sheffield e Manchester. Já nos Estados Unidos, a extensão associa-se aos ideais de liberdade e de promoção de desenvolvimento social. A extensão norte-americana influencia as instituições de ensino na América Latina, que a associam à dimensão de utilização de técnicas que

viabilizavam programas de desenvolvimento. Disto se depreende que os modelos europeu e norte americanos de extensão se desenvolveram de formas muito distintas.

FORMALIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL E SUAS CARACTERÍSTICAS:

No Brasil, em 1968, é sancionada a Lei nº 5.540/68 (que tratou da reforma universitária), que tornou a extensão universitária obrigatória sob a forma de cursos e serviços estendidos à comunidade, mas não a designou como terceira atividade a ser desenvolvida na universidade, além do ensino e pesquisa, atividades precípuas e bem estabelecidas e reconhecidas pelo corpo acadêmico.

Entretanto uma mudança importante ocorre com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, que em seu artigo 207, estabeleceu a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Esta nova concepção traz para o bojo da universidade uma novidade que passa a exigir novas formas de desenvolver as atividades acadêmicas porque indica que novos procedimentos são necessários para que se estabeleça esta indissociabilidade, que se caracterizou como uma nova e interessante forma do fazer acadêmico, mas que ainda levaria muito tempo para sua perfeita implantação e consolidação.

Em fins da década de 90, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei nº 9394, de 17/12/1996), a educação superior inclui como um de seus princípios, a promoção da extensão universitária, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. A partir deste período, portanto, a extensão não só integra a unidade do fazer universitário: ensino-pesquisa-extensão universitária, como também se associa de forma clara à população externa à universidade, ou seja, as comunidades circunvizinhas, que passam a usufruir de forma mais direta dos eventuais benefícios oferecidos no campo da cultura, da comunicação e dos avanços técnico-científicos.

Para problematizar esta questão devemos ter em mente que, em tese, a relação entre ensino, pesquisa e extensão, quando bem articulada, deveria conduzir a mudanças significativas nos processos de ensino e aprendizagem, colaborar efetivamente para a

formação profissional de estudantes e professores e fortalecer os atos de aprender, de ensinar e de formar profissionais e cidadãos. Na prática, esta sincronia pode se caracterizar de outra forma, uma vez que o pressuposto da indissociabilidade ainda não está consolidado no ensino brasileiro e, quiçá o vejamos realizar-se em um futuro próximo.

Dadas as novas conformações do fazer acadêmico, proposto pela LDB brasileira, uma nova concepção da extensão universitária vem se estabelecendo, em virtude do fortalecimento da sociedade civil, especialmente nos setores comprometidos com as classes populares. Tais transformações possibilitaram a reflexão sobre uma nova concepção de Universidade, que passa ser elaborada baseada na redefinição das práticas de ensino, pesquisa e extensão até então vigentes. No Brasil, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras tem historicamente construído as pontes e as articulações necessárias ao bom desempenho da tríade ensino-pesquisa-extensão universitária. As estratégias para atingir este fim são as reuniões sistemáticas para os debates e reflexões sobre o assunto e a elaboração de documentos oficiais, que estabelecem as diretrizes da extensão universitária no Brasil.

Este debate sobre a indissociabilidade da extensão em relação às demais áreas do saber acadêmico e suas conceituações é bastante importante, ao mesmo tempo em que é muito difícil de construir, porque as tendências da atualidade demonstram que o modelo produtivista está em alta, em detrimento de um modelo mais clássico de educador comprometido com todas as ênfases que tem a produção de conhecimento. A prática tem mostrado que quanto mais qualificado está o docente, mais ele tende a se afastar do ensino, notadamente o de graduação, e da extensão para se dedicar à pesquisa e às orientações na pós-graduação. Isto gera um novo tipo de professor que, incentivado e até um pouco forçado por suas instituições de ensino, vai deixando de lado a produção dos saberes de base e sua aplicação comunitária e prática, para tornar-se um profissional altamente competitivo, à imagem e semelhança de tantos outros inseridos no mercado de trabalho capitalista.

Uma outra forma de organizar as distintas dimensões da universidade, seria estimular e favorecer os projetos de extensão universitária, de forma que permanecessem associados aos conteúdos das disciplinas e das atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, articulando conteúdos e possibilitando a participação de estudantes,

técnicos e outros professores. O que notamos é que a pesquisa se apresenta, regra geral, desvinculada, fragmentada e desarticulada do conjunto do ensino da graduação e da extensão, uma vez que tem suas especificidades, exigências, calendários muito próprios e funciona com certa autonomia dentro da universidade. A extensão universitária, em nossa percepção, se caracteriza como atividade primordial para o treinamento e capacitação dos universitários dentro de suas especialidades, e também como forma de se articular com a comunidade, criando laços para a boa interação.

No que se refere a recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, sabemos que as instituições de ensino superior investem na busca da qualidade do ensino e na implementação das atividades de extensão, entretanto no desenvolvimento da pesquisa que exige muito mais recursos, é onde mais facilmente se encontra financiamento externo à universidade, através dos órgãos de fomento. Com relação à extensão universitária este quadro se inverte e, no Brasil, as fontes de financiamento para projetos de atendimento às comunidades são exíguas, criando muitas dificuldades para que as ações sejam amplas e articuladas, mesmo que a extensão se preste ao treinamento dos estudantes para o atendimento à comunidade. Entretanto, mesmo sem financiamento significativo, são milhares de projetos desenvolvidos anualmente pelas universidades, que atestam o envolvimento dos universitários e professores, com os problemas sociais do País.

Mesmo as instituições privadas no Brasil tem realizado um bom trabalho no campo da extensão, segundo o Prof. Gabriel Mário Rodrigues, reitor da Universidade Anhembi Morumbi, declarou em 2011 que em pesquisa recente do Núcleo de Estudos de Mercado e Pesquisa de Opinião conferiu-se que nove em cada dez instituições particulares atuam em projetos de responsabilidade social. Estas ações são realizadas com recursos próprios das instituições. Participaram na amostra pesquisada, 17.602 profissionais e 150.789 alunos, o que representa, numa projeção nacional brasileira, 106.214 profissionais e 1.054.521 universitários. Identificou-se que a responsabilidade social destas instituições atingiu 3.465.047 pessoas (em projeção nacional, são mais de 18.462.607 indivíduos beneficiados). Esse tipo de extensão - que vai além de sua compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos (cursos, conferências, seminários), de prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e de difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e culturais) - aponta uma

concepção de universidade em que a relação com a população passa a ser encarada como uma oxigenação necessária à vida acadêmica.

COMPROMISSO SOCIAL:

Ao reafirmar o compromisso social da Universidade como forma de inserção nas ações de promoção e de garantia dos valores democráticos, de igualdade e de desenvolvimento social, a extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a Universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade. A extensão universitária atua como diretriz aos professores e alunos, direcionando a qualidade do exercício profissional com a formação humana. Ademais, integra e amplia a capacidade de comunicação dos alunos no âmbito das informações acerca da vida humana atual.

E a maneira de realizar este trabalho se dá sob a forma de articulação dos conteúdos teóricos, científicos à especificidade do local onde atuará, bem como aos bens culturais referidos no patrimônio histórico e cultural de cada comunidade atendida, ou seja, a extensão universitária induz, de certa forma, a circularidade da produção do conhecimento, à medida que propõe que a indissociabilidade dos conteúdos curriculares, os resultados das pesquisas e as ações junto às comunidades sejam interdependentes e oxigenadoras umas das outras.

Os docentes universitários precisam aceitar e compreender que a extensão universitária pode dar significados aos conteúdos ministrados, que ganharão sentido para os alunos quando aplicados à realidade. Há uma dificuldade para se colocar em prática a extensão universitária no cotidiano dos alunos e dos professores porque falta, para alguns, a compreensão de como fazer esta articulação sem desprezar as demais dimensões do fazer acadêmico. Além disto, fazer esta articulação de forma dialética e não sobreposta, exige habilidades que nem sempre estão bem desenvolvidas.

O que é mais comum acontecer é que as áreas de ensino, de pesquisa e de extensão universitária são desenvolvidas, mas com total autonomia entre elas, inviabilizando que estas frentes de trabalho sofram uma convergência, uma centralidade, que certamente valorizaria mais o trabalho realizado. Nos falta um modelo de ação integralizador, para

percebermos a extensão universitária como integrante das demais dimensões do ensino superior.

A Universidade Estadual Paulista – Unesp, a partir da percepção destas dificuldades, implementou um projeto que se constituiu primeiramente na realização de um Fórum de debates por grandes áreas (humanidades, exatas e biológicas) para estabelecer o diálogo entre as áreas e a metodologia de realização dos projetos de extensão desenvolvidos em cada uma destas delas. O propósito de debater a metodologia é que esta se constitui em um caminho de aproximação com o ensino e a pesquisa, porque sem a metodologia nada se realiza. Para o desenvolvimento de boas aulas há métodos específicos, para realizar pesquisa, há métodos específicos, então se pudermos convergir as metodologias, poderemos articular as dimensões entre si, melhorando a integração entre elas. Além da experiência do Fórum de debates sobre metodologia para extensão universitária, foram realizados encontros locais, em diferentes faculdades, oferecimento de curso de formação e a produção de um manual, roteirizando os passos necessários para a elaboração de projetos de extensão universitária, demonstrando que os projetos devem ser estruturados cientificamente. Com estas estratégias, a Universidade buscou qualificar os professores em metodologias específicas, sem perder de vista que a finalidade é estabelecer o diálogo e a articulação entre ensino – pesquisa e extensão universitária, de forma a constituir a sua indissociabilidade.

Uma das dificuldades para o avanço deste trabalho é que a extensão universitária não é tão valorizada quanto as demais dimensões e isto é sentido por muitos. Certamente é uma questão que guarda, em sua historicidade as explicações desta situação. Sabemos que o ensino, por sua própria natureza é altamente aceito e valorizado, especialmente porque neste processo se faz possível a transmissão de todo o legado da humanidade. Formar pessoas para o mundo do trabalho é da natureza do sistema capitalista, que de forma inequívoca deseja a formação, especialmente técnica, para a formação da mão de obra e exploração da mais valia. Ademais, as classes médias desejam a formação universitária - chamada no Brasil de “nível superior”, com vistas a ascensão social e superação de classe.

A pesquisa, por sua vez, alcança o cerne da questão capitalista, ou seja, possibilita avanços e desenvolvimento do modelo de acumulação, fundamentalmente porque supera a reprodução do que está produzido e conhecido, e promove a construção do que

é diferente e que ainda não está no mercado, ou melhora bens e processos para serem mais vendáveis. A pesquisa é imprescindível para o avanço da humanidade que a requer para a melhora geral da qualidade de vida, mas sabemos que estes avanços muitas vezes tem custos sociais muito altos. Na perspectiva da pesquisa ainda, assistimos hoje a sua supervalorização, que quase condena a outras duas dimensões – ensino e extensão a uma condição secundarizada. Certamente não é uma condição apenas na Universidade Estadual Paulista, mas sim um reflexo do que vem ocorrendo em escala mundial onde as métricas de produtividade científica se instalaram e concorrem grandemente com as outras atividades acadêmicas, os rankings de produtividade científica tem sido alvo de debates importantes, exatamente porque resignifica o trabalho da universidade. Valorizar demasiadamente as atividades desenvolvidas na pesquisa em prejuízo do ensino e da extensão universitária, desconstrói a indissociabilidade prevista pela Constituição de 1988, descaracterizando a missão da universidade. É ideal que as atividades sejam desenvolvidas de forma complementar e interdependente, na perspectiva de realizar a produção de conhecimento de forma plena.

Assim, a utilização da extensão universitária como uma das variáveis de avaliação na vida universitária tem dificuldades de se estabelecer dentro deste cenário, as atividades desenvolvidas com as comunidades recebem um reconhecimento menor, face às atividades desenvolvidas na pesquisa. Este é um desafio contemporâneo a ser superado. Se considerarmos que os docentes tem habilidades distintas para o fazer acadêmico, é de se esperar que nem todos tenham o mesmo empenho, facilidade e interesse nas três dimensões aqui tratadas. Eventualmente um professor pode ser excelente em sala de aula, exercendo esta atividade de forma magistral e não tem intimidade com a pesquisa, o mesmo pode acontecer com a extensão universitária e não há, em nosso entendimento, um juízo de valor que justifique qualificar um ou outro de forma diferenciada. Há mérito em todas as atividades desenvolvidas e as habilidades devem ser consideradas para a efetiva valorização do corpo docente. Na Unesp, as atividades de extensão universitária vem sendo gradativamente consideradas na avaliação docente, inclusive como referência para a ascensão na carreira, entretanto outras atividades ainda são consideradas mais relevantes, uma vez que contam mais no momento da avaliação e, por esta razão são as que mais são beneficiadas, mesmo correndo o risco de criar guetos entre os membros da academia. Há grande expectativa de que este quadro se altere e que as ações extensionistas sejam melhor reconhecidas.

ESTRATÉGIAS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:

Para que a extensão universitária ganhe uma maior relevância, é importante rever algumas de suas características e, eventualmente, mudar alguns de seus pressupostos, de forma a qualifica-la cada vez mais, melhorando sua inserção no conjunto das atividades acadêmicas. Neste sentido é necessário considerar a possibilidade de substituir a lógica tradicional de organização dos currículos, buscando novos formatos, balizados por um projeto político-pedagógico construído coletivamente. Nesta situação é possível perceber mais de perto as habilidades e interesses dos envolvidos, valorizando cada contribuição. O Fórum de Pró reitores de Extensão Universitária compreende que a Universidade e o currículo dos seus cursos transformam-se em espaços privilegiados para a reflexão, o debate e a crítica, resgatando seu compromisso com a cidadania plena (2006).

Paulo Freire (1977) preconiza que na extensão universitária, é necessário que na situação educativa, educador e educando assumam o papel de sujeitos cognoscentes, mediatizados pelo objeto cognoscível que buscam conhecer, de forma que a interrelação e a interdependência são elementos constitutivos da relação acadêmica.

As exigências para que a extensão universitária favoreça o processo de ensinar não é um caminho fácil, pois exige:

- 1) envolvimento dinâmico com alunos, uma vez que eles são o elo da universidade com a comunidade,
- 2) que sejam ministrados conteúdos curriculares de forma integrada ao desenvolvimento da comunidade.
- 3) que a extensão universitária seja tomada como um caminho metodológico, que colabora para a formação do profissional, associa os conteúdos curriculares ao caráter prático da ação extensionista, associa os componentes específicos da atuação profissional aos aspectos teóricos, estabelece conexões interdisciplinares e multidisciplinares.

Para que esta percepção de extensão universitária seja incorporada e com isto ela possa ser melhor avaliada, é necessário que os aspectos da extensão sejam incorporados pelos professores, e que sua implantação aconteça no cotidiano e no decorrer das aulas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES E ELEMENTOS PARA CARACTERIZAR A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO ELEMENTO DA AVALIAÇÃO GLOBAL:

1. é necessário estabelecer relações entre as fontes de conhecimento científico (teoria) e os procedimentos para compreensão social (prática) utilizadas pelo aluno e pelo professor, articulando teoria e prática de forma indissociável;
2. recriar as formas de ensinar, favorecendo processos de reflexão e interpretação sobre a prática, resignificando o que se ensina e o que se aprende;
3. tanto as organizações sociais quanto as instituições científicas precisam trocar experiências e técnicas, respeitando os diferentes interesses mas associando-se naquilo que importa para ambas;
4. envolver os estudantes o máximo possível, utilizando métodos e técnicas que estabeleçam uma importante relação ensino/aprendizagem.

À guisa de uma conclusão provisória, indicamos algumas questões que a Unesp enfrenta em seu cotidiano e que sintetiza as preocupações aqui apresentadas em relação ao uso da extensão universitária como elemento de avaliação e valorização do cotidiano universitário:

1. Há necessidade de favorecer a valorização da dimensão extensão universitária em relação às outras dimensões, embora haja avanços, há também muito o que conquistar neste terreno;
2. No que se refere as prioridades para a carreira docente, estabelecer que o trabalho com a comunidade além de ser um compromisso social, permite que a universidade coloque em prática muitas das teorias e procedimentos desenvolvidas por ela própria;

3. O desenvolvimento de uma aprendizagem do fazer extensionista (metodologia) também é importante, uma vez que projetos bem definidos e articulados tem mais chances de bom desempenho e com planejamento as ações tem mais chance de plena realização, permitindo sua avaliação ao final;
4. Atualização das áreas temáticas (atualmente são onze), permitindo a aproximação com especialidades ainda não contempladas e estabelecimento de parâmetros mais elaborados para sua avaliação;
5. Concepção de projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação que reconheçam e contemplem a indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão universitária.
6. Revisão das fontes de financiamento, sem os quais a extensão se desenvolve na penúria, levando-a ao fracasso e ao desinteresse. A extensão exige financiamento adequado tal qual o ensino e a pesquisa, para desenvolver-se com qualidade, compromisso e continuidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANAIS do VII Encontro Nacional do Fórum de Pró – Reitores de Extensão. *Documento Final – avaliação da extensão*. Cuiabá, 1993.
- ANDRADE, A. A. M. *Extensão; função vital*. Cadernos de Extensão Universitária. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, Ano 2, N.º 7, 1997.
- BOTOMÉ, S. P.. *Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996.
- BUARQUE, C. *A aventura da universidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- DEMO, P. *Função social da universidade: algumas considerações a partir da política social*. In: Educação Brasileira. Ano V, n.º 11, Brasília, 1983.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Região Sudeste. *Contribuição para os trabalhos da comissão de extensão universitária*. Rio de Janeiro/2006.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MEC/Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior. *Uma nova política para a educação superior brasileira - relatório final*. Brasília/DF, novembro de 1985.

REIS, R. H. *A institucionalização da extensão*. Texto apresentado no I Encontro Nacional de Pró – Reitores de Extensão. Brasília/DF, UnB, 1987.

_____. *A articulação ensino – pesquisa – extensão*. Texto apresentado no I Encontro de Extensão Universitária da UnB, Brasília/DF, 1989.

_____. *A questão metodológica da extensão universitária*. Texto apresentado no VII Seminário de Extensão Universitária da região sul. Maringá/PR, Universidade de Maringá, 1989.

SAVIANI, D. *Ensino público e algumas falas sobre universidade*. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Ed. Cortez, 1982.

_____. *Extensão universitária: uma abordagem não extensionista*. In: *Educação e Sociedade*. São Paulo, n.º 8, Cortez Ed., 1981.